

**“Tribunos do povo,
servos de Deus”:
Um estudo antropológico
sobre políticos e religião
na cidade de Porto Alegre**

Marcio Martins dos Santos¹

Resumo

A etnografia do primeiro mandato de dois vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) que são também pastores da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), incluindo-se aí sua campanha à reeleição, pretende trazer subsídios para a reflexão acerca das interferências mútuas entre estes dois campos da realidade social. Se, inicialmente, vemos tais parlamentares colocarem sua Igreja acima dos partidos e buscarem uma ‘sacralização’ da tribuna, *locus* que pretendem converter em mais um espaço de difusão da ‘palavra de Deus’, com o passar do tempo, todavia, evidencia-se uma necessi-

¹ Mestre em Antropologia Social pela UFRGS e Analista Pericial em Antropologia do Ministério Público Federal/ Procuradoria da República no Tocantins. Endereço para correspondência: 201 Norte, Avenida NS-1, Conjunto 02, Lote 05, Palmas – TO.

E-mail: marciomsantos@gmail.com e marcios@prto.mpf.gov.br.

dade destes sujeitos se adequarem a uma lógica de atuação condizente com certa concepção de política vigente no país, a qual enfatiza a importância de uma democracia ‘moderna’ e ‘laicizada’.

Palavras-chave: religião, política, evangélicos, vereadores, Igreja Universal do Reino de Deus.

Abstract

The ethnography of the first mandate of two city councilors of Porto Alegre's City Chamber (*Câmara Municipal de Porto Alegre* – CMPA) who are also pastors in the Universal Church of the Kingdom of God (*Igreja Universal do Reino de Deus* – IURD), including their recent re-election campaign, brings subsidies for reflection about the mutual interference between these two fields of social reality. If, in the beginning, we see the councilors placing their church above political parties and trying to make the tribune a sacred place, a locus which they intend to convert in one more space where ‘God’s word’ is spread, as time goes by, though, becomes evident the necessity of these subjects to adequate themselves to a logic of actuation suitable with a certain conception of politics valid in the country, which emphasizes the importance of a ‘modern’ and ‘laic’ democracy.

Key words: religion, politics, Protestants, town councilors, Igreja Universal do Reino de Deus.

Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa sobre a relação entre religião e política no Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Porto Alegre. Trata-se, sumariamente, de um acompanhamento

etnográfico do primeiro mandato dos vereadores evangélicos atuantes na Câmara Municipal da capital gaúcha, Pastor Almerindo Filho (PSL – Partido Social Liberal) e Pastor Valdir Caetano (PL – Partido Liberal), ambos, na época, integrantes da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Os dois parlamentares elegeram-se pela primeira vez no pleito ocorrido em 1 de outubro de 2000, quando disputaram com 411 candidatos uma das vagas da casa legislativa em questão, na ocasião composta por 33 vereadores, com mandatos de quatro anos.

Imediatamente após o pleito, os comentaristas políticos da capital gaúcha não deixaram de identificá-los como as ‘grandes surpresas’ das eleições, por serem sujeitos até então desconhecidos da maioria da população. Cabe lembrar, todavia, que esta não foi a primeira vez que religiosos ligados a este segmento ocuparam cadeiras no legislativo porto-alegrense, sendo este, inclusive, um fato recorrente em diversas casas parlamentares de diferentes instâncias pelo Brasil afora. Todavia, é indispensável ressaltar que o sucesso eleitoral de ambos os pastores foi fruto de uma elaboração bastante cuidadosa da estratégia das ‘candidaturas oficiais’, adotada pela IURD desde 1997. Além de usar seus cultos e veículos midiáticos para divulgar os nomes dos ‘seus’ candidatos, os dirigentes desta denominação religiosa efetivaram um exercício de acentuada racionalidade política, dividindo a cidade conforme bairros e igrejas, de forma que cada parte apoiasse um dos disputantes (Oro 2001).

Tentemos, para fins de esclarecimento, esboçar um breve perfil destes ‘políticos religiosos’.

Valdir Caetano é natural de São Paulo-SP, tem 51 anos e chegou a Porto Alegre em 1996. Casado e pai de dois filhos, era Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus desde 1999². Apresentava um

² Apesar desta questão não ser explorada no presente trabalho, uma vez que ocorreu após o término da pesquisa, considero importante assinalar que a imprensa gaúcha revelou que, em meados de 2007, Valdir Caetano deixou de ser pastor da IURD, devido a desentendimentos com a cúpula desta organização religiosa. Segundo o Jornal O Sul, em matéria de 09.08.2007, onde abordava o

programa matinal na Rádio Capital, intitulado ‘Nosso Tempo’ e veiculado de segunda a sexta-feira. Gosta de ressaltar que a atividade radiofônica é muito importante para ‘travar contato com o povo’, uma vez que através do programa tinha a possibilidade de atender solicitações dos ouvintes, responder suas dúvidas e saber quais são os problemas que os afligem.

O sucesso obtido nas urnas foi notável: este pastor, na época filiado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), obteve 10.913 votos nas eleições de 2000, constituindo-se no terceiro candidato mais votado dentre todos os que participaram do pleito daquele ano. Ainda assim, o vereador, atualmente no PR (Partido da República)³, considera que o resultado frustrou as expectativas, uma vez que diz que o trabalho foi muito bem feito e esperava uma resposta mais positiva dos ‘irmãos’.

Almerindo Filho nasceu em Montenegro-RS, tem 47 anos e possui formação profissional como Técnico Contábil. Pastor da IURD desde 1996 ministrou cultos em diversas cidades gaúchas, como Dom Pedrito, Esteio e Viamão, sendo que era responsável por uma Igreja no Bairro Tristeza desta última localidade antes de se lançar como candidato à vereança pelo PFL (Partido da Frente Liberal). É presidente da ASSUEC (Associação Universal dos Empresários

processo sucessório na Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Alegre, “o coordenador da assessoria institucional da Igreja Universal, Paulo Roberto Pereira, revela que há seis meses o vereador Valdir Caetano (PL) está desligado da função de pastor ‘por conduta inadequada’. Paulo Roberto diz que a frustrada renúncia para cumprir acordo de alternância na Mesa pluripartidária da Câmara Municipal é “apenas mais um gesto desaprovado pela Igreja Universal”. Questionado sobre quais seriam os outros gestos, o coordenador critica a atuação de Caetano na terceira secretaria na Câmara: “Pouco ou nada fez”. A revelação aumenta a desconfiança de que a permanência visou a impedir que o cargo fosse parar nas mãos de outro pastor da igreja: Almerindo Filho (PSL). ‘Eu estava preparado para assumir’, diz o seguidor do bispo Edir Macedo”.

³ O PR surgiu, em 24 de outubro de 2006, como resultado da fusão do Partido Liberal (PL), ao qual Caetano filiou-se pouco tempo após iniciar seu primeiro mandato, e do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona).

“Tribunos do povo, servos de Deus”

Cristãos do Rio Grande do Sul) que, conforme indica o nome, é uma associação que congrega empresários vinculados a IURD, possuindo sede em Porto Alegre e atuando em várias cidades do interior do Estado.

Pastor Almerindo foi eleito com a também significativa quantia de 7.645 votos. Numa avaliação diferente daquela feita por seu colega de Universal, este vereador, atualmente membro do PSL (Partido Social Liberal), gostou bastante dos resultados, ressaltando que “pra quem dois meses e meio antes não era nem conhecido em Porto Alegre, a minha campanha foi em dois meses e meio [...], quer dizer que foi um trabalho muito forte”.

O Evangelho no Parlamento

No princípio do mandato, ao serem questionados acerca do papel que cumpriam na Câmara Municipal e do que pensavam sobre o crescimento na quantidade de políticos explicitamente vinculados com as igrejas evangélicas, os pastores-veredores não hesitaram em afirmar que a difusão da ‘palavra de Deus’ é a principal meta da instituição à qual estão vinculados. Assim, explicitando a intenção de “pregar o Evangelho” em todo e qualquer espaço no qual tenham a oportunidade de se dedicar a esta “atividade missionária”, consideraram estar cumprindo com a “missão” que lhes foi atribuída a partir do “chamado divino” que receberam. Neste sentido, Almerindo Filho comentou, em um de nossos primeiros diálogos:

O objetivo é o próprio Evangelho, dinheiro não é, porque apesar da Igreja ser uma Igreja que cresceu com o tempo e abriu vários templos, o objetivo em dinheiro não é... Então o objetivo principal da Igreja, não há dúvida, não preciso perguntar pra ninguém, pra nenhum líder acima de mim na Igreja, que é o Evangelho, a palavra de Deus. (entrevista com Almerindo Filho 2001)

Em outros momentos, defendendo-se de acusações que, veladamente ou não, eram feitas tanto por certos setores da imprensa como por seus colegas de parlamento, os representantes da IURD chegaram a sugerir que a Igreja não precisaria da política para obter recursos financeiros. A intenção seria, de certa forma, fazer do espaço do Parlamento como que uma extensão do púlpito onde o pastor prega a ‘palavra de Deus’ para seus fiéis. Entretanto, como é a Igreja que detém os meios de acesso aos ensinamentos divinos, defendê-la é uma consequência inevitável:

Eu vejo de uma maneira muito comum este envolvimento é... de pessoas ligadas a uma denominação envolvidas na política...porque nós temos assim, se você pegar um segmento de religião (...) eles têm ali pessoas que vão representá-las na política. Então por que não as igrejas [evangélicas] também não terem seu representante? Chega um ponto em que a gente cansa de bater na porta dos outros, e nós queremos ter a nossa própria porta, a nossa própria condição de fazer.
(entrevista com Valdir Caetano 2001)

Nas palavras de Valdir Caetano, sua função como vereador não seria, então, obter verbas, mas sim garantir a possibilidade da Igreja contar com um dos ‘seus’ quando precisar de qualquer tipo de intervenção junto ao poder público. Desta forma, as preocupações fundamentais destes parlamentares estariam voltadas para o ‘povo evangélico’, com os interesses de sua instituição, com a obtenção de garantias para o exercício de seus cultos e o combate às “medidas persecutórias” propostas por seus ‘adversários’. A este respeito, comentou Valdir Caetano:

A coisa começa mais ou menos assim: batiam em nós através do jornal, nós adquirimos um jornal... quando se ouve falar de um duelo, naquele tempo do duelo, quando um oponente batia no outro com a luva, mostrando que era um desafio,

“Tribunos do povo, servos de Deus”

né... então, escolhiam-se as armas, mas as armas tinham que ser as mesmas, não podia, por exemplo, um com uma espada e um com uma adaga. Que que vai ser a nossa luta? Vai ser com espadas, então os dois tinham espadas. Então, por aí, a nossa visão foi essa, a visão da Igreja foi essa: pára um pouquinho, se estão nos criticando através do jornal, vamos ter jornal, se estão nos criticando através do rádio, vamos adquirir rádio... Igualdade. Você vê, que até, as coisas são assim, eles não pegam um lutador peso-pena pra lutar com um peso-pesado, aí não tem jogo, né? Então, adquirimos a rádio... Através da televisão? Adquirimos a televisão. Então, começaram o que, a prejudicar o Evangelho do Senhor Jesus através de leis, que eram leis, que até hoje existem várias leis, que camufladamente ela é direcionada pro Evangelho, através de tentar inibir o Evangelho. Então a visão da gente foi ‘vamos fazer o seguinte: vamos colocar gente nossa lá’. Porque, nós procurávamos ajuda através dos parlamentares, mas (expressão de desgosto)... Cada um vai defender o seu segmento. (entrevista com Valdir Caetano 2003)

Vemos, portanto, como a justificativa dada pelo parlamentar para o ingresso de representantes da IURD no campo político é a necessidade de “lutar com as mesmas armas do adversário”. Tal proposição, inicialmente colocada em prática através da aquisição de canais de rádio e televisão, visa, explicitamente, combater a elaboração de leis que teriam por objetivo “tentar inibir o Evangelho”. Além disso, reforçando o que foi dito anteriormente, Caetano sugere que não foi suficiente buscar o auxílio de outros parlamentares, pois estes estariam única e exclusivamente interessados em buscar resolução para as demandas do ‘seu segmento’, ou seja, dos integrantes de suas próprias ‘bases eleitorais’. Considerando uma avaliação desta ‘lógica’ da política brasileira, nada mais natural, para as lideranças iurdianas, do que trabalhar para eleger os ‘seus’ próprios representantes.

O ‘religioso’ e o ‘homem de Deus’

Com o tempo, tivemos um maior desenvolvimento da argumentação dos pastores-vereadores acerca dos objetivos do representante de uma confissão religiosa que atua na política. Tanto que, em 2003, ao ser questionado sobre as possibilidades de fazer da tribuna um púlpito, Almerindo Filho nos apresentou uma distinção bastante interessante. Por um lado, teríamos o ‘religioso’:

O religioso é aquela pessoa, que às vezes, ela fala que ela é de Deus, ela diz ‘Deus te abençoe’, mas não vive uma vida reta, diante de Deus. (...) O religioso, ele diz que é de Deus, ele faz orações, muitas vezes ele se diz um pastor, se diz um padre, se diz um líder afro-brasileiro, mas ele não vive o que Deus quer que ele viva. Ele vive aquilo pra um determinado fim (...).
(entrevista com Almerindo Filho 2003)

De acordo com as palavras do vereador, esta seria a maneira incorreta de vivenciar a religiosidade. Transposta para o âmbito da política, tal representação parece se direcionar para outros políticos que fazem uso de sua filiação religiosa para legitimar sua atuação, mas, na prática, não estão preocupados com o ‘povo de Deus’ – categoria genérica que, aparentemente, designa todos aqueles ‘necessitados’ tidos como alvo privilegiado das ações de um ‘bom político’.

Seja como for, o contraponto à categoria dos ‘religiosos’ estaria nos ‘homens de Deus’:

O homem de Deus, ele tá preocupado em viver a palavra de Deus que tá na Bíblia: ele tem uma mulher só, ele procura viver na palavra de Deus olhando pras pessoas com bons olhos, ser honesto, ser trabalhador, respeitar o pai e a mãe como mandam os dez mandamentos, quer dizer, viver como tá a palavra de Deus aqui, ó (aponta para uma Bíblia em cima de sua mesa). (entrevista com Almerindo Filho 2003)

Como podemos ver, a grande referência está no âmbito religioso. A Bíblia e todos os simbolismos nela contidos devem ser as fontes de orientação para aqueles que desejam seguir pelo caminho ‘correto’. O imaginário religioso é, desta maneira, acionado para avaliar os comportamentos dos agentes políticos, servindo como medida daquilo que é tido ou não como correto e, principalmente, justificando os porquês da inserção de um pastor pentecostal na atividade política. É neste contexto que o próprio Almerindo novamente fala sobre as razões que o levaram a ocupar a posição em que se encontra atualmente:

Eu tô na política porque, claro, foi a IURD que me elegeu, mas a IURD foi fundada pelo espírito de Deus, conforme tá aqui na palavra de Deus. Pode ver que se o senhor for na IURD vão lhe pedir uma oferta, tá na Bíblia, vão lhe falar do dízimo, tá na Bíblia, vão lhe dizer pra buscar o Espírito Santo, tá na Bíblia, vão fazer uma oração forte, Jesus fazia isso, tirava os espírito maligno, de doença, de perturbações nas pessoas. Então nós vivemos o que tá na Bíblia. (Entrevista com Almerindo Filho 2003)

Neste trecho, a centralidade da Bíblia como fonte de recursos simbólicos e interpretativos se torna ainda mais evidente. O papel de um pastor que se torna político assume um caráter que talvez pudéssemos qualificar como ‘missionário’: já que foram os desígnios de Deus que o colocaram no Parlamento, não haveria como um fiel contestar a legitimidade de sua atuação. Afinal de contas, estamos falando de coisas que ‘estão na Bíblia’. Para além disso, novamente percebemos uma defesa da Igreja Universal e seus procedimentos. Nada mais justo do que agir de acordo com a direção fornecida pela instituição, uma vez que todas as orientações que ela fornece aos ‘irmãos’ foram inspiradas pelo conteúdo dos textos sagrados.

Os comentários de Renato, assessor de Almerindo Filho, indicam que, na visão destes interlocutores, a possibilidade de ‘colocar

em prática’ o conteúdo dos escritos bíblicos seria um dos grandes trunfos dos vereadores evangélicos em relação a seus colegas de parlamento:

Então na Bíblia lá a gente lê um monte de coisas, mas às vezes falta cumprir missão da gente de muitas coisas da vida. (...) A Bíblia fala sobre isso, que todo escritor é inspirado, né, por Deus. Então, se a pessoa que crê em Deus, então ela vai crer que aquilo ali é de Deus. E realmente a gente vê no dia-a-dia que isso funciona, né. A gente sai daquela escrita ali e traz pra prática, o que está escrito na Bíblia, a gente vê que são coisas que funcionam. E então e comecei a ver também à luz da Bíblia, que eu tinha essa concepção, no meio da Igreja, que não se misturava religião, política, futebol, não se discutia, né. E é um engano isso aí, porque a política faz parte da vida de todo mundo, né. Não interessa se é um segmento religioso, se a pessoa tem uma formação acadêmica, se ela nem terminou o primário lá na escola, né, mas faz parte da vida das pessoas. Então, eu comecei a ver à luz da Bíblia, né, que Deus usou muitas pessoas, ali, politicamente falando. Que ele tinha que representar. Representava até um povo, né. Era um povo ali separado por Deus. Hoje é estendido pra todo mundo. (entrevista com Renato 2004)

Nas palavras deste interlocutor, a Bíblia é vista como a ‘grande referência’, capaz de orientar a vida daqueles que realmente crêem em Deus. Neste sentido, o entrevistado sugere que o mais importante é tentar ‘trazer para a prática’ o que está contido nos textos em questão. Para tanto, é importante superar a idéia de que política e religião são ‘coisas’ que não se misturam e/ou discutem. No caso específico de Renato, a leitura atenta da Bíblia lhe mostrou que Deus ‘usou politicamente’ inúmeras pessoas, transformadas em ‘seus representantes’. Ora, subentende-se, daí, que não haveria nada de incorreto em sujeitos como Almerindo Filho e Valdir Caetano, verda-

“Tribunos do povo, servos de Deus”

deiros ‘homens de Deus’ advindos da IURD, se apresentarem como representantes do povo que necessita de seu ‘trabalho evangelizador’. Neste contexto, o fato de ser simultaneamente pastor e vereador é algo que deve ser valorizado:

Qual o papel específico de um pastor? Ele cuida da parte espiritual, né. Ele cuida da parte espiritual. Ele não tem somente uma parte material pra dar pra pessoa. Mas ele tem também uma parte espiritual. E é qual a diferença nisso tudo? Pôxa, por quê? Quando você passa somente material, material é uma coisa perecível. Você recebe aqui, mas daqui a um tempo, amanhã, você vai precisar de novo, né. E a parte espiritual, ela sustenta a pessoa interiormente, né, é o que dá força pra ela acreditar que ela pode conseguir, que ela pode conquistar, que ela pode vencer uma dificuldade, superar uma dificuldade. E a gente vê que falta muito isso nas pessoas, né. Infelizmente falta. As pessoas falam muito sobre Deus e Deus, falam, falam, falam, falam, falam, mas são só são palavras, né. Mas você vai se deparar, você sai nas ruas, você vê. As pessoas falam em Deus, mas estão sofrendo, estão em dificuldade, estão desesperada, não sabem aonde correr, a quem recorrer. E por esse fato, a gente vê a diferença nisso. ‘Pôxa, ele é vereador, mas ele é um pastor. Pôxa, mas espera aí, ele tem algo pra dizer pra mim, ele tem algo pra me falar.’ E realmente tem. Então, quando as pessoas procuram ele, está sempre disposto, pronto a ouvir as pessoas. E não somente a ouvir, a resolver o problema dela, e dar solução pro problema, né. (entrevista com Renato 2004)

O fato de ser um ‘homem de Deus’ possibilita ao vereador evangélico dar ‘algo mais’ para aqueles que o procuram no gabinete – os pedidos recebidos diariamente são inúmeros, incluindo-se aí aquelas pessoas que estão em busca de aconselhamento acerca do que devem fazer em suas vidas pessoais e profissionais. Renato lembra

que a ‘parte material’ se esgota rapidamente, enquanto a ‘parte espiritual’ permanece: o assessor certamente se refere aos conselhos que os pastores podem dar àqueles que os procuram nos gabinetes, sugerindo ações que, embasadas no conhecimento da ‘palavra de Deus’, devem guiar estas pessoas rumo à superação de suas dificuldades de uma forma que a simples resolução dos ‘problemas imediatos’ não permitiria. Esta postura revela, de certa maneira, uma outra possibilidade de utilização do parlamento como espaço de pregação, diferenciada dos discursos em plenário e da apresentação de projetos visando solucionar demandas do segmento evangélico.

De uma maneira geral, estas falas nos demonstram como um imaginário religioso, especialmente referendado na Bíblia Sagrada, é constantemente acionado pelos vereadores evangélicos e seus assessores para explicar seu sucesso político e sua postura no Parlamento. Todavia, não deixa de ser interessante verificarmos como a defesa da IURD surge com igual frequência nestes comentários, sendo perceptível uma identificação desta organização religiosa com a própria ‘palavra de Deus’ e as perseguições às quais seriam constantemente submetidos todos aqueles que seguem tais desígnios.

O que é a política?

Ajustando um pouco mais o foco da discussão, penso ser de fundamental importância atentarmos para as concepções de vereadores e assessores sobre o campo político e seu funcionamento. Em primeiro lugar, prevalece a opinião de que se trata de uma esfera da realidade caracterizada por constantes disputas:

Eu não esperava encontrar facilidade, porque tudo que é importante é sempre uma guerra, e é muito importante a política, por isso que a política se torna uma guerra. Uma guerra de interesses, né? Por exemplo: mesmo que meu interesse seja o Evangelho, há um interesse atrás de cada

“Tribunos do povo, servos de Deus”

vereador. [...] Então cada um defende a sua bandeira, nesse meio não tem facilidade, não existe facilidade. É um trabalho, é uma guerra, né. Assim como também era uma guerra eu pegar uma Igreja, pregar o Evangelho e abençoar o povo. (entrevista com Almerindo Filho 2003)

Almerindo Filho demonstra um entendimento claro da ‘lógica competitiva’ que definiria a política institucional numa sociedade ‘liberal’ e ‘democrática’ como o Brasil. Tal avaliação parece complementar a fala da Valdir Caetano apresentada na seção anterior: se o sistema funciona desta forma, por que também os representantes da IURD não poderiam participar dele? Além de estar sempre buscando novos e eficientes canais capazes de facilitar o funcionamento de sua Igreja e garantir a defesa de seus interesses enquanto instituição, os ‘representantes do Evangelho’ teriam uma peculiaridade que é também uma responsabilidade a mais: como a atuação dos ‘homens de Deus’ é calcada nas ‘palavras divinas’ contidas na Bíblia, cujos desígnios a tradição religiosa à qual se vinculam consideram passíveis de ser seguidos por todos, o foco de seus interesses não pode deixar de ser, no fim das contas, o ‘povo’, na acepção mais genérica que este termo possa ter.

Quando questionei Salete, chefe de gabinete de Valdir Caetano, sobre os resultados que a participação política dos evangélicos vem obtendo nos últimos anos, me defrontei ainda mais explicitamente com uma outra faceta dos discursos sobre o assunto:

O nosso grupo, enquanto ele se constitui politicamente, ele começou a chamar a atenção, a ser até mais respeitado, porque enquanto nós não nos organizávamos... nós éramos organizados até como grupo religioso... mas no momento em que nós começamos a participar da política, foi visto que nós tínhamos força, e pra nós isso também é importante, saber que nós temos força, e que nós podemos decidir uma eleição também. E faz diferença, o nosso apoio faz diferença, e que já

foi provado nas eleições municipais, agora nas eleições estaduais também [...] (entrevista com Salete, 2003)

Ou seja, ao mesmo tempo em que se afirma a intenção de trabalhar ‘para todos’, há um reconhecimento da importância dos parlamentares para sua instituição de origem. Em outros termos, podemos sugerir que ‘interesses gerais’ e ‘interesses particularistas’ se combinam e se complementam. É certo que, conforme comentou Almerindo, “cada um defende sua bandeira”. Salete chega até mesmo a ressaltar como o ingresso na política fez com que a IURD fosse mais “respeitada” enquanto organização, “conquista” importantíssima para um grupo que se considera extremamente perseguido e foi alvo de inúmeras acusações por parte da mídia e de outras instituições religiosas durante as décadas de 80 e 90. Interessa notar também como este ‘respeito’ é convertido numa espécie de ‘capital político’: a ‘força’ que a Igreja revelou em eleições recentes certamente não é ignorada por suas lideranças. Devo destacar que isto não é uma exclusividade da Universal, sendo notáveis, por exemplo, as negociações envolvendo os então candidatos José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva com pastores de grandes igrejas evangélicas durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2002 (Oro 2003).

Uma observação mais atenta, todavia, demonstra como a lógica própria do campo político também parece ser capaz de acarretar alterações nas representações dos próprios vereadores:

Quando eu entrei na Câmara, quando eu comecei a conhecer a política, a ver os projetos, a ver a necessidade das vilas, porque eu também já conhecia as vilas pelo trabalho evangelístico, ver a dificuldade na habitação, no transporte, na saúde, é claro que eu achei a política interessantíssima, e eu vou também lutar paralelamente junto pra abençoar esse povo que não é da Igreja, também, o povo de Porto Alegre. (entrevista com Almerindo Filho 2001)

Tal comentário nos remete ao trabalho de Conrado (2000), quando este autor constata que a incorporação de um certo *habitus* político trazido pelos anos atuando neste campo leva os políticos evangélicos a ampliar sua esfera de atuação e manifestar preocupações com setores mais amplos da população. Indo um pouco além, reforço a impressão que isto talvez se configure como uma ‘exigência’ do campo político, uma vez que este é dotado de uma lógica diferenciada daquela do campo religioso, tendo como participantes de seus ‘jogos’ e embates sujeitos dotados de posturas, comportamentos e técnicas discursivas distintas e minimamente padronizadas, capazes de identificá-los enquanto ‘profissionais’ (Bourdieu 1989). Em tal contexto, os pastores pentecostais, possuidores de trajetórias e formações bastante diferentes de seus colegas de Câmara Municipal, acabaram tendo que ‘se adaptar’, gradualmente modificando suas práticas e discursos para que fossem vistos como interlocutores pelos demais.

Esta necessidade de trabalhar para o ‘povo’ e para os ‘irmãos’ se revela neste comentário de Valdir Caetano:

O que eu sempre costumo dizer, que é de fundamental importância, que nós não estamos fazendo um trabalho político direcionado [ênfático] a igrejas evangélicas. Não, nós fazemos um trabalho político mesmo [ênfático]. Só que, assim: nós temos vereadores aqui de diversos segmentos, nós temos vereadores aqui que fazem um trabalho político, muito bem, diga-se de passagem, mas, quando as igrejas, quando as religiões afro precisam de alguma coisa tem um vereador que representa, como tem vereador que faz um trabalho político, mas é um defensor ferrenho da Igreja Católica. Então, a nossa Igreja também, vamos ter pessoas que façam trabalho pra nossa cidade, pro estado, pro país, mas que, quando vêm leis que são contrárias ao Evangelho, de certa forma uma proibição, então nós tamos na linha de frente pra defender o trabalho. (entrevista com Valdir Caetano 2003)

Ao se referir ao “trabalho político mesmo” que estaria realizando, Caetano busca se colocar ao lado dos demais parlamentares, como alguém que se pretende conhecedor dos problemas que afligem a grande maioria dos porto-alegrenses, e não apenas um segmento específico da população. Todavia, ao mesmo tempo deixa bastante claro que não há nenhum tipo de constrangimento em defender sua instituição de origem de medidas que considere prejudiciais à mesma, justamente porque há colegas de parlamento que fazem o mesmo em relação a outras denominações religiosas. Assim, o ideal seria simultaneamente “trabalhar pela cidade” e “defender o Evangelho”. Numa primeira aproximação, este discurso pode indicar aproximações entre o religioso e o político capazes de surpreender a um observador mais incauto. Todavia, se retomarmos as contribuições de autores como Bezerra (1999) e Kuschnir (2000), podemos perceber que esta atuação que combina uma preocupação mais explícita com as ‘grandes questões’ e um atendimento das demandas das ‘bases eleitorais’ é marcante na política brasileira, não sendo, de forma alguma, exclusividade dos ‘políticos religiosos’.

Neste ponto, não posso deixar de fazer um esclarecimento: não tenho como objetivo afirmar categoricamente até que ponto Almeirindo Filho e Valdir Caetano trabalham para o ‘seu segmento’ ou ‘para toda a população da cidade’. Na verdade, a tensão entre estes ‘modelos ideais de atuação’ se revelou uma constante no decorrer de toda a pesquisa, sendo realmente questionável a possibilidade de se chegar a uma conclusão definitiva sobre o assunto.

Muitos pedidos, poucos recursos

Os trabalhos de pesquisadores como Oro (1996) e Corten (1996) indicam que as igrejas pentecostais e neopentecostais podem ser caracterizadas como ‘religiões dos desfavorecidos’, cujos frequentadores, se não são exclusivamente das camadas mais baixas da sociedade brasileira, na sua maioria provém destes segmentos.

Em tal contexto, não surpreende verificarmos que os políticos vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus afirmam que sua atuação é voltada para o ‘povo’, e este ‘povo’ é identificado com a parcela mais ‘necessitada’ da população. Entende-se, a partir daí, a importância dada por Almerindo Filho, Valdir Caetano e suas equipes às demandas feitas pelas pessoas que vão cotidianamente a seus gabinetes.

Partindo desta constatação, considero importante ressaltar como, ao longo de minha pesquisa, a disponibilidade de recursos limitados para os gabinetes sempre apareceu como uma grande preocupação dos políticos. Isto, evidentemente, reduz as possibilidades de resolver os ‘problemas’ da população.

Os integrantes das equipes de trabalho dos dois vereadores são enfáticos ao manifestar sua preocupação com as ‘dificuldades’ e ‘carências’ que enfrentam em decorrência desta situação. Cláudio, chefe de gabinete de Almerindo Filho, por exemplo, comenta que “a condição dos vereadores é muito pequena em Porto Alegre, mesmo sendo capital a condição é muito pequena, o que inviabiliza uma série de coisas”.

Em contraposição a esta necessidade de uma administração das finanças calcada numa certa racionalidade burocrática teríamos uma representação vigente no senso comum, atribuindo aos vereadores a posse de recursos bastante amplos, sempre disponíveis para “ajudar quem precisa”. No caso específico dos vereadores evangélicos, esta situação parece ser agravada exatamente pelo fato de serem identificados pelos “pedintes” como pastores da IURD:

Muitos até encaminham e pegam aquela idéia assim: ‘vai lá que ele é da IURD, eles têm muito dinheiro, vai lá que eles te conseguem’. E eu não vou te dizer que a gente não consiga, muita coisa a gente consegue, mas não é porque a gente tem dinheiro, é porque a gente tem uma preocupação com essas pessoas realmente, e outros gabinetes não têm [...]. (entrevista com Cláudio 2003)

A fala de Cláudio traz duas questões fundamentais. Por um lado, manifesta preocupação com uma visão que o senso comum teria sobre o dinheiro possuído pela Igreja, visão esta que poderia ser interpretada como decorrência de matérias jornalísticas bastante difundidas durante os anos 90 acerca dos procedimentos peculiares adotados por esta denominação para arrecadar fundos e de uma expansão bastante visível na paisagem das grandes cidades, sobretudo com a construção de grandes ‘catedrais da fé’ nas capitais (ver, por exemplo, Mariano 2003). Por outro lado, o assessor reafirma a importância de ‘ajudar aos necessitados’, com a particularidade de, neste momento, considerar esta atitude como algo que diferencia os vereadores evangélicos dos demais.

Acompanhamentos, conselhos e mediações

Uma vez que as doações em papel-moeda foram, se não necessariamente descartadas, pelo menos colocadas num plano bastante secundário, em virtude tanto da escassez de recursos quanto de uma desconfiança bastante acentuada em relação ao uso que as pessoas fariam deste dinheiro, torna-se necessário que políticos e assessores tenham à sua disposição mecanismos minimamente eficientes para encaminhar as demandas que lhes são apresentadas. Alguns pedidos mais ‘simples’ podem ser resolvidos de uma maneira ‘direta’. É bastante comum, por exemplo, desempregados solicitarem passagens de ônibus para poderem se deslocar pela cidade à procura de trabalho. Em tais casos, a solução costuma ser obtida com recursos próprios do vereador e de seus assessores:

[...] a gente tira de nós mesmos, porque não tem uma estrutura na casa, de ajuda. Então, o que a gente dá, no mês passado eu dei todos os meus vales e ainda, e depois eu não tinha vale-transporte (rindo). São coisas que a gente vai lidando com isso, não é? (entrevista com Salete 2003)

Isto não é, entretanto, algo que seja feito com muita satisfação, visto que, similarmente ao que ocorre quando se doa ‘dinheiro vivo’, dificilmente há como saber se a pessoa utilizou os vales para propósitos efetivamente “dignos” – conforme sugerem os assessores, sempre há a possibilidade de recursos como estes serem trocados por coisas “indignas” como cigarros ou bebidas.

Por isso mesmo, o ideal, segundo meus interlocutores, é realizar um ‘acompanhamento’ atento dos ‘pedintes’. Podemos exemplificar este procedimento com as pessoas que chegam ao gabinete dizendo estar com fome: ao invés de dar dinheiro para o solicitante, os assessores preferem convidá-lo a descer até o andar térreo do prédio, onde fica o restaurante da CMPA, e pagar, com recursos “do próprio bolso”, um almoço para a pessoa em questão. Caso esta não aceite a proposta, insistindo que preferia ter o dinheiro diretamente em suas mãos, surge uma desconfiança em relação à ‘sinceridade’ de suas intenções.

Todavia, na maior parte das vezes a situação possui uma complexidade que transcende o âmbito das interações face-a-face. Há, por exemplo, pessoas que, além de estarem elas próprias famintas, relatam que a situação de sua família é bastante precária. Nestes momentos, torna-se difícil ‘tirar do próprio bolso’ dinheiro suficiente para resolver o problema e, mesmo que isto fosse possível, seria bastante complicado acompanhar as pessoas para saber se estão fazendo ‘bom’ uso do que receberam. Torna-se necessário, portanto, utilizar outros mecanismos. A idéia, conforme relata Cláudio, é efetivar uma intermediação com instituições e organismos capazes de apresentar soluções concretas para as demandas das pessoas:

A partir do segundo ano nós começamos então a fazer assim: vamos ver o que tem a prefeitura, o governo do Estado, quais são as áreas de assistência que a gente pode ajudar essas pessoas. Então a gente faz assim: ah, a pessoa precisa de cesta básica, a FASC [Fundação de Assistência Social e Cidadania, instituição vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Alegre]

tem uma determinada, uma cota de cestas básicas por mês que ela destina à população carente, a FASC hoje é descentralizada, cada bairro tem seu centro administrativo e consegue fazer isso aí. [...] a gente indica então aos conselhos tutelares, que o conselheiro tutelar tem autoridade de indicar as famílias pra ingressarem no Bolsa-Família, Bolsa-Escola também, que é um subsídio do governo aí pra que as pessoas possam ter um mínimo de rendimento mensal. Então a gente começou a descobrir isso daí, então a nossa, digamos, ajuda, que antes era monetária passou a ser até mais efetiva, a gente conseguiu então encaminhar essas pessoas, dar um encaminhamento pra elas, pra que elas pudessem ter seus problemas, aqueles mais imediatos, resolvidos. (entrevista com Cláudio 2003)

Atentemos, neste relato, para a avaliação de que o atendimento realizado através de canais burocráticos e institucionais seria ‘mais efetivo’. Os exemplos citados sugerem que seria papel do vereador indicar ‘caminhos’, intermediando o contato dos ‘solicitantes’ com programas e instituições cuja existência e/ou funcionamento lhes é desconhecido. Cabe destacar, entretanto, que, além dos órgãos estatais, certas instituições privadas também são acionadas, especialmente na procura por empregos, considerada pelos assessores um dos problemas mais graves que a população enfrenta.

Neste contexto, o trabalho de Karina Kuschnir (2000) pode trazer importantes contribuições, nos convidando a pensar acerca da atuação do vereador como ‘mediador’. Refletindo sobre a posição peculiar ocupada por estes políticos numa sociedade caracterizada pela coexistência de sistemas simbólicos diversificados, a autora comenta:

[...] com todas as variações de matriz, em uma sociedade complexa, heterogênea e diferenciada, o domínio público é, em princípio, o *locus* da negociação política. Esta envolve valores e

interesses específicos, relacionados direta ou indiretamente com a esfera do poder. Sabemos que, de algum modo, toda a vida social, nos mais diferentes níveis [...] expressa relações de poder material e simbólico. Mas na sociedade moderno-contemporânea, particularmente com o desenvolvimento do Estado, constitui-se o domínio da política como um campo específico, no qual agentes mais especializados vão ocupar posições estratégicas nesse processo amplo de negociação e interação dos diversos atores. (Kuschnir 2000: 84)

Considero que os dados apresentados até o momento podem ser lidos sob a ótica sugerida por Kuschnir, indicando uma clara demarcação da posição privilegiada que os vereadores ocupam no âmbito municipal. Tais agentes são capazes de estabelecer campos de comunicação, interação e trocas entre sujeitos que dificilmente trariam contato de outra forma. Considero significativo neste sentido um caso que observei numa de minhas visitas ao gabinete de Almeirindo Filho: uma senhora ligou expondo a situação de seu filho, que estaria preso por envolvimento num crime que não cometeu. Não sabendo o que fazer, seguiu a indicação de uma amiga e procurou contatar o gabinete. Ouvindo este ‘drama pessoal’, o assessor fez uma série de questionamentos sobre o ocorrido, solicitando que a mulher juntasse todos os documentos relativos ao caso que tivesse à sua disposição e indicando o telefone de um advogado ‘amigo do gabinete’ para o qual ela deveria ligar imediatamente. Esta senhora, “uma pessoa carente”, pelo que me foi relatado, dificilmente teria dinheiro para contratar os serviços de um advogado por conta própria. Uma opção à sua disposição seria acionar a Defensoria Pública, mas não podemos esquecer que o acesso à justiça no Brasil é um processo reconhecidamente lento e complicado. Desta maneira, a mediação do gabinete torna-se indispensável para, se não resolver o ‘problema’, ao menos agilizar o desenlace das negociações com o Judiciário.

Esta articulação com os ‘parceiros’ também se faz notar no atendimento a pedidos ‘das comunidades’, sobretudo aqueles vindos de creches, clubes de mães e associações de bairro. De medalhas para campeonatos de futebol até brinquedos para festas infantis, são inúmeros e diversificados os ‘auxílios’ que os vereadores obtêm com a contribuição de empresários pertencentes ao seu círculo de relacionamentos.

Seja como for, penso ser indispensável destacar algumas diferenças dos vereadores evangélicos em relação aos ‘políticos laicos’ no tratamento destas questões. Para começar, até onde pude perceber, a grande maioria das pessoas que contribuem para o gabinete com seus bens e serviços são, elas mesmas, integrantes da IURD. Não é difícil supor que, desta forma, eles estão sinalizando simultaneamente as ‘preocupações com o próximo’ e a prosperidade que sinalizam sua salvação (ver Mariano 2003). Ao mesmo tempo, não devemos desconsiderar o fato de que muitos daqueles que fazem pedidos aos vereadores conheceram Almerindo e Caetano através da Igreja ou de amigos, familiares e conhecidos que a freqüentam. A ‘divulgação do trabalho’ é constante: são distribuídos nos templos e nas comunidades que os circundam calendários e ‘marcadores de Bíblia’ com a foto do vereador e seus telefones e endereços de e-mail impressos com bastante destaque, ao lado da frase “Fale com o gabinete”. Desta forma, podemos dizer que a Igreja cumpre um papel fundamental na configuração dos mecanismos de assistência social acima descritos.

Um último tipo de ‘demanda’ apresentada a estes parlamentares e seus assessores também tem relação com sua condição de evangélicos, mas não implica no fornecimento de serviços ou bens materiais para sua resolução. Refiro-me aos ‘conselhos’, tidos como, no mínimo, uma forma de atenuar a ‘condição precária’ em que vivem muitas dessas pessoas:

Às vezes uma pessoa que vem aqui, ela quer até uma palavra, sabe? Um conselho, uma coisa de como... isso é importante. Então tudo isso, te tira muito tempo, num telefonema às

“Tribunos do povo, servos de Deus”

vezes tu fica conversando com a pessoa, e são assuntos dos mais diversificados possíveis. Então, como diz que é uma casa do povo, e realmente é uma casa de porta aberta, mas com os problemas que às vezes a gente não tem ingerência sobre eles. (entrevista com Salete 2003)

A assessora sugere que, apesar do tempo despendido, o simples ato de conversar já é, por si só, uma maneira de “ajudar os necessitados”. Estes pedidos de ‘aconselhamento espiritual’ certamente representam horas adicionais de trabalho para o vereador, pois, segundo Cláudio, em geral, as pessoas querem falar diretamente com ele, e não com um de seus assessores. Todavia, esta situação é vista com naturalidade, sendo interpretada como mais uma decorrência da principal missão assumida pelos ‘homens de Deus’ no parlamento: difundir os ensinamentos divinos entre aqueles que não poderiam encontrá-los por outros caminhos.

O estabelecimento de vínculos pessoais entre políticos e assessores e as pessoas beneficiadas é uma consequência marcante de todo este processo. A este respeito, Cláudio comentou, demonstrando bastante satisfação:

Tem muitos que a gente tem, ajudou, que sabe que são pessoas verdadeiras, que era um momento na vida delas que elas tavam passando por dificuldade. São pessoas que a gente vê, que a gente acompanha, são pessoas que vêm aqui, muitas pessoas são agradecidas porque a gente ajudou naquele momento, elas vêm, voltam... Trazem bolo, trazem pão, trazem cartão de Natal, agora... (entrevista com Cláudio 2003)

Há, portanto, uma valorização dos laços estabelecidos a partir do ‘atendimento’, aproximando-nos dos princípios de troca e reciprocidade discutidos por Marcel Mauss (1974), quando este autor apresenta as obrigações de dar, receber e retribuir como definidoras da circulação de bens, serviços e símbolos num grande número de

sociedades. Com base neste referencial, Moacir Palmeira reflete sobre a política em pequenas comunidades de base rural no Nordeste e no Sul do país, indagando-se acerca dos compromissos estabelecidos entre os políticos e a população:

Favores ou ajudas, grandes ou pequenos [...] supõem, de um lado, um pedido e, de outro, uma promessa, ou seja, diferentemente de outras formas de reciprocidade, supõem o empenho da palavra das duas partes; portanto, promessas recíprocas: a promessa da retribuição e a promessa do atendimento. A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como algo que cria um compromisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros. (Palmeira 1996:47)

Tentando transpor a análise para o contexto porto-alegrense, entendo que este princípio de reciprocidade está presente, mas, até onde minhas observações permitiram verificar, as promessas de retribuição raramente são tão explícitas como nas cidades pesquisadas pelo autor. Os vereadores evangélicos certamente desejam receber os votos daqueles a quem ajudaram, mas enfatizam o fato de esperarem que estas pessoas o façam espontaneamente, sem que se sintam forçadas a isso. Em nenhum momento vi alguém prometer verbalmente dar seu voto como recompensa por algum benefício obtido. Em outras palavras: a retribuição é esperada, mas o voto não é utilizado como uma moeda de troca entre os políticos e seus eleitores, mas sim visto como “conseqüência de um bom trabalho”. Considero representativo, por exemplo, o caso de uma senhora que, tendo obtido a assessoria jurídica de que necessitava, enviou ao gabinete uma lista com os endereços de todas as pessoas que tinha em sua agenda. Sua atitude foi vista como um ‘reconhecimento’ a um trabalho que, ao menos no discurso público, se apresenta como despretensioso.

A campanha eleitoral de 2004

Malgrado todas as ‘polêmicas’ e debates nos quais se viram envolvidos, as articulações com vistas às eleições de 2004 demonstraram que diversos partidos, tanto oposicionistas como situacionistas, estavam bastante interessados em contar com Almerindo Filho e Valdir Caetano em suas coligações. Neste contexto, ambos os pastores-veredores estiveram próximos de se aliar com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que lhes proporcionaria um espaço considerado razoável nos programas de rádio e televisão, além de contribuir financeiramente com a gravação destas inserções e a produção de material impresso. Todavia, no fim das contas, seguindo orientações das cúpulas nacionais de seus partidos, os parlamentares evangélicos acabaram por concorrer como integrantes da coligação denominada Frente Popular, cujos candidatos a prefeito e vice eram, respectivamente, o deputado estadual Raul Pont e a deputada federal Maria do Rosário, ambos integrantes do Partido dos Trabalhadores. Se o espaço no Horário Eleitoral Gratuito não era exatamente aquele que esperavam obter, ao menos foi possível barganhar um financiamento semelhante àquele que seria obtido junto ao PDT.

Uma das características mais marcantes da campanha eleitoral destes políticos religiosos foi uma divisão bastante explícita entre atividades ‘dentro’ e ‘fora’ da Igreja. Tanto os discursos em torno da candidatura, feitos pelo parlamentar e por seus apoiadores, como os materiais impressos distribuídos aos eleitores em potencial variavam bastante conforme o ambiente, sendo especialmente notável o fato de haver uma escolha cuidadosa dos momentos em que a identidade religiosa do político devia ser acionada.

Uma observação do material distribuído nas ruas e nos gabinetes, por exemplo, tornava difícil para uma pessoa desavisada identificar vínculos de Almerindo e Caetano com qualquer tipo de organização religiosa. Os ‘santinhos’ dos dois parlamentares seguiam um padrão que não diferia muito daquele verificado entre ‘candidatos laicos’: uma foto do político, sorridente, acompanhada pelo seu

número e pela indicação da chapa majoritária à qual está vinculado – no caso, aquela de Raul Pont e Maria do Rosário. Além disso, ambos apresentavam os símbolos e as cores de seus partidos políticos e, no caso de Almerindo, o *slogan* “Conquistando o seu voto!”, utilizado ao longo de toda a campanha.

As aparições de ambos os candidatos no Horário Eleitoral Gratuito também não fugiam muito de um padrão ‘não-religioso’ de apresentação. Caetano e Almerindo apareciam na televisão três vezes por semana, no espaço dedicado aos vereadores da Frente Popular. Nenhum dos dois se apresentava como ‘pastor’ ou representante de segmentos religiosos. A idéia, ao que parece, era usar este espaço para efetivar uma ‘prestação de contas’ listando as principais ações de cada mandato. Em virtude da divisão acima mencionada, o vereador do PL tinha mais tempo e, além disso, optou por gravar uma maior variedade de mensagens. Ao longo de meu acompanhamento dos programas de TV, identifiquei cinco falas diferentes de Valdir Caetano e duas de Almerindo. Vestindo terno preto, camisa branca e gravata vermelha, o representante do Partido Liberal falava no mesmo cenário usado por todos os outros candidatos da Frente Popular, onde se destacavam os nomes e o número de Raul Pont e Maria do Rosário. Sua única peculiaridade, neste momento, era a música característica dos comerciais de seu partido, que servia como pano de fundo para suas palavras. A primeira das aparições deste vereador, por sinal, é bastante paradigmática do teor assumido pela ‘face pública’ de sua campanha:

Amigo porto-alegrense, sou o vereador Valdir Caetano.
Concorro à reeleição pelo Partido Liberal, com o número
22.777. Tenho a convicção de que honrei os votos que recebi.
No próximo mandato continuarei comprometido com as
causas da nossa cidade. Tenho a certeza que é pela educação
que se fará a verdadeira revolução. Educação é a solução.
Vote sem engano, vote Valdir Caetano, 22.777! [Sorrindo e
fazendo gesto de positivo com os polegares]

“Tribunos do povo, servos de Deus”

Como podemos ver, o político se apresenta como alguém ‘comprometido’ com Porto Alegre, cujo envolvimento com as ‘causas da cidade’ dá a certeza de que teve uma atuação ‘honrada’. Assim, simpático e sorridente, Caetano listou algumas das ‘grandes realizações’ de seu mandato. Numa de suas últimas aparições, o pastor-vereador fez a única menção ao tema ‘religião’:

É de minha autoria a lei aprovada em dezembro de 2002, que isenta de IPTU os prédios de todas as igrejas, resolvendo assim um problema existente há muito tempo. Portanto, prezado líder religioso, se a tua igreja ainda não recebeu esse benefício, me procure em meu gabinete que terei prazer em lhe atender.

Atentemos para o fato de que Valdir Caetano se dirigia aos líderes “de todas as igrejas”, sem especificar seu pertencimento religioso ou mencionar qualquer tipo de predileção por um segmento ou outro. Em outra de suas aparições, o vereador destacou o conhecimento que possui dos limites da atuação de um vereador: “Não vou prometer o que o vereador não pode cumprir. A competência do vereador está definida na Lei Orgânica do Município: a ele cabe fiscalizar o bom uso das verbas públicas, propor e votar projetos de lei que melhorem a vida do povo”. Tal esclarecimento repercutiu de forma bastante positiva na mídia, chegando até mesmo a resultar em elogios da comentarista política do grupo RBS, Rosane de Oliveira. Como veremos a seguir, este ‘reconhecimento’ foi visto como uma grande vitória pelas lideranças da Igreja Universal.

Almerindo Filho, por sua vez, não deixou sua identidade religiosa transparecer nem sequer indiretamente em suas aparições na televisão. Foram apenas duas as falas deste pastor-vereador que consegui registrar, ambas consideravelmente curtas e sintéticas. Trajando terno azul-escuro, camisa branca e uma gravata listrada em branco e azul-marinho, o representante do PSL também usava em seus pronunciamentos o cenário padrão da Frente Popular:

A distribuição gratuita de medicamentos genéricos e a criação da cesta básica do idoso estão entre os principais projetos de meu primeiro mandato. Quero conquistar seu voto e continuar a dedicar meu trabalho às comunidades carentes. Vote 17.632, Almerindo Filho.

Hoje quero falar com você que nestes quatro anos foi atendido em meu gabinete ou recebeu nossa visita em sua comunidade. Ao todo, foram mais de 2000 pessoas atendidas. Quero continuar com esse trabalho. Almerindo Filho, 17.632.

A ênfase, portanto, novamente foi colocada sobre o ‘trabalho social’ executado pelo gabinete do vereador. Se na primeira aparição Almerindo citava projetos voltados para a resolução de problemas da ‘população carente’, na segunda foi ainda mais explícito, dirigindo-se diretamente àquelas pessoas que foram atendidas em suas comunidades ao longo dos quatro anos de seu mandato. Assim, este pastor-vereador tenta construir sua legitimidade enquanto postulante à reeleição através da publicização de uma preocupação com os ‘necessitados’, evidenciando ações que o político pode ter ‘fora do plenário’. Por outro lado, lembremos que o ‘trabalho social’ de forma alguma prescinde da estrutura da Igreja: devemos ter em conta que, mesmo sem ser citado na propaganda eleitoral, o apoio de lideranças religiosas e ‘empresários cristãos’ é indispensável para o sucesso de tais atividades.

A campanha no culto

Se a propaganda televisiva e o material impresso revelavam uma faceta predominantemente ‘não-religiosa’ da campanha dos pastores-veredores, a observação de alguns cultos e o acompanhamento de eventos nos quais ambos os políticos se fizeram presentes

revela uma realidade bem diferente. Inicialmente, é essencial termos em conta o fato de que, mais uma vez, os estrategistas políticos da Igreja Universal tiveram o cuidado de dividir as zonas eleitorais da cidade entre seus dois candidatos: geograficamente, o Centro e o Norte ficaram com Valdir Caetano, enquanto o Sul e o Leste, maiores territorialmente, porém menores em termos populacionais, foram destinados para Almerindo Filho. Seguindo esta divisão, cada político teve à sua disposição, como ‘base’ para as movimentações de campanha, um dos grandes templos que a Universal possui em Porto Alegre: a Catedral da Fé, estrategicamente localizada no Centro da cidade, nas proximidades de paradas de ônibus, da Estação Rodoviária e de um dos principais pontos do trem metropolitano, era o grande ponto de concentração dos apoiadores de Caetano, enquanto a Catedral da Azenha, de menores proporções, na Avenida Oscar Pereira, num dos bairros de maior movimento da cidade, cumpriu a mesma função para os simpatizantes de Almerindo. Assim, se durante a semana percorriam os cultos de diversas igrejas de suas ‘regiões’, aos domingos os pastores-veredores se dedicavam a estes pontos onde o afluxo de público era bastante elevado.

Durante os cultos, os obreiros da igreja entregaram aos fiéis um livreto, intitulado *Voto de Fé – união evangélica em favor do povo*. Na capa, havia uma série de imagens remetendo ao conceito de uma ‘identidade gaúcha’: bota, rodas de carroça, colheitadeira, a bandeira do Estado. Ficava claro, assim, de qual ‘povo’ se estava falando. Nas primeiras páginas tínhamos pequenos textos do então deputado estadual Sérgio Peres e do Bispo William, que davam seu apoio e pediam votos para Valdir Caetano. O próprio vereador não deixava de se pronunciar, dessa vez adotando um tom bastante diferente da ‘campanha laica’ que verificamos em outros contextos:

Prezado(a) Irmão(ã). Estou na política não por vontade ou interesse pessoal, mas sim para cumprir uma missão que foi delegada pelo povo Cristão, qual seja, a defesa das suas causas, assegurando a liberdade de culto religioso, combatendo a

intolerância contra nossa igreja e outras que nos são caras. É para isto que sou vereador de Porto Alegre e agora, indicado para concorrer à reeleição venho pedir o teu voto e o trabalho de multiplicação dos votos da fé. A tua atuação será uma oferta de amor e dedicação à nossa causa e luta.

Como podemos ver, Caetano se dirige diretamente aos “irmãos de fé”, ressaltando que seu ingresso na política se deve ao “povo Cristão” e lembrando das ações em sua defesa que um mandato parlamentar permite realizar. Para que assim continue, manifesta a necessidade de contar com a dedicação de todos ao “trabalho de multiplicação”: no livreto em questão havia sete pequenos questionários com perguntas como nome, endereço e título de eleitor. Estes espaços deviam ser preenchidos pelo fiel e por mais seis pessoas que ele convencesse a votar em Valdir Caetano. Posteriormente, já preenchidos, os livretos deveriam ser entregues na Igreja, o que daria às lideranças uma prévia da quantidade de votos disponíveis e do perfil dos eleitores do candidato. As palavras do Bispo William, colocadas logo após sua foto e a citação bíblica de Provérbios, 29:2 (“Quando se multiplicam os justos, o povo se alegra, quando, porém, domina o perverso, o povo suspira”), tentam reforçar a importância do ‘voto evangélico’:

Com o presente livro, pedimos além do seu voto, como uma oferta à nossa obra, também a multiplicação do voto, pela conquista de outros votos, o que tornará o nosso candidato o mais votado da cidade, com o que seremos mais respeitados como organização que realmente tem capacidade eleitoral e assim influência na comunidade onde atuamos.

Explicita-se, aqui, a intenção de contar com representantes cuja votação e visibilidade garantam mais ‘respeito’ e ‘influência’ para a Igreja. Além disso, à maneira do que sugere Oro (2003), podemos perceber neste texto uma notável ‘sacralização do voto’, identificado

“Tribunos do povo, servos de Deus”

como mais uma das ‘ofertas’ necessárias para a continuidade da ‘obra da Igreja’. Considero indispensável destacar, também, que, conforme relataram meus interlocutores, este livreto foi adotado em todos os municípios do Rio Grande do Sul onde a IURD lançou ‘candidatos oficiais’, sendo que as mensagens do Bispo Willian e do Deputado e Pastor Sérgio Peres se repetiam, sendo substituído apenas o ‘recado’ do candidato a vereador.

Desta forma, não há nada de surpreendente no fato de, ao participar de um culto dominical na Catedral da Azenha, eu também ter recebido semelhante livreto: a única diferença era uma mensagem pessoal de Almerindo Filho, que novamente destacava as ações assistenciais do ‘Projeto Mão Amiga’ e as realizações de seu mandato, obtidas apesar da “falta de experiência política”. Encerrando seu ‘recado’, o representante do PSL pedia: “Com fé para mudar e vencer, na defesa do evangelho e do povo de Deus, vote: Pr. Almerindo Filho – 17632”.

O que disseram as urnas

Os últimos atos das campanhas de Valdir Caetano e Almerindo Filho reafirmaram a divisão eleitoral da cidade: no sábado, dia 2 de outubro de 2004, véspera do pleito, os dois realizaram ‘carreatas’, cada uma passando pelas principais ruas de alguns bairros que constituíam a ‘sua’ parte da cidade. No dia seguinte, terminada a apuração, os resultados finais revelaram que ambos conseguiram se reeleger: Almerindo com 6.342 votos, Caetano com 10.138. Para conferir o quão eficientes foram as estratégias eleitorais das lideranças iurdianas, nada melhor do que verificarmos a votação dos candidatos na diferentes zonas eleitorais de Porto Alegre. Com a intenção de identificar possíveis alterações ocorridas no intervalo de quatro anos que separa uma eleição da outra, optamos por colocar lado a lado os dados de 2000 e 2004 (informações obtidas junto ao TRE/RS).

Uma rápida análise destes números revela que, novamente, os

procedimentos adotados foram bem sucedidos. A ‘topografia eleitoral’ de Almerindo Filho demonstra uma concentração de votos em bairros do sul e do sudeste: Partenon, Azenha, Menino Deus, Cruzeiro, Terezópolis, Restinga e parte da Lomba do Pinheiro responderam por nada menos de 78% da votação do representante do PSL. Valdir Caetano, por sua vez, obtém a maior parte de seus sufrágios entre eleitores do norte e do nordeste da cidade: Centro, Avenida Farrapos, 4º Distrito, Zona Norte, Bom Jesus, Parque dos Maias e Sarandi e a outra parte da Lomba do Pinheiro perfazem aproximadamente 80% de seus votos. Outro dado que chama a atenção é a votação expressiva que os dois candidatos receberam no Partenon e na Lomba do Pinheiro. Suponho que isto se deve a peculiaridades dos dois bairros: o primeiro é praticamente cortado ao meio pela Avenida Ipiranga, marco que os estrategistas da Universal adotaram para dividir a cidade, enquanto a segunda é uma das regiões mais populosas de Porto Alegre, fato que pode ter levado estes mesmos sujeitos a intencionalmente dedicar partes distintas de seu território à campanha de um ou outro candidato.

Se, por um lado, os dados nos indicam uma repetição do sucesso eleitoral destes ‘políticos religiosos’, uma comparação dos resultados obtidos em 2000 e 2004 sugere que, além de se ver reduzido, em termos globais, o número de eleitores que optaram por um dos ‘candidatos oficiais’ da IURD decaiu em praticamente todas as regiões da cidade. Tal fato certamente decepcionou os dirigentes da Igreja, uma vez que estes pretendiam tomar os resultados do pleito de 2004 como indicadores capazes de determinar se lançariam ou não um terceiro candidato em 2008. Esta possibilidade se viu bastante reduzida, considerando que o próprio Almerindo Filho ficou com a última das 12 vagas obtidas pela Frente Popular, contando, para isto, com as alterações na legislação que aumentaram para 36 a quantidade de vereadores na CMPA.

“Tribunos do povo, servos de Deus”

Zona Eleitoral	Votos em 2000	Votos em 2004
1 (Centro)	365	281
2 (Bela Vista, Petrópolis)	185	134
111 (Farrapos, 4º Distrito)	142	90
112 (Zona Norte)	241	109
113 (Partenon)	972	676
114 (Azenha, M. Deus, Cruzeiro, Terezópolis)	1.303	1.287
158 (Bom Jesus, Maias, Sarandi)	167	146
159 (Lomba do Pinheiro)	2.187	1.797
160 (Cavallhada, Tristeza)	751	641
161 (Restinga)	1.332	1.181
TOTAL	7.645	6.342

Tabela 1: Votos de Almerindo Filho nas eleições de 2000 e 2004, por Zona Eleitoral (TRE/RS)

ZONA ELEITORAL	Votos em 2000	Votos em 2004
1 (Centro)	896	916
2 (Bela Vista, Petrópolis)	664	716
111 (Farrapos, 4º Distrito)	1.192	1.112
112 (Zona Norte)	1.241	1.188
113 (Partenon)	798	713
114 (Azenha, M. Deus, Cruzeiro, Terezópolis)	847	684
158 (Bom Jesus, Maias, Sarandi)	3.119	2.593
159 (Lomba do Pinheiro)	1.428	1.499
160 (Cavallhada, Tristeza)	407	374
161 (Restinga)	321	343
TOTAL	10.913	10.138

Tabela 2: Votos de Valdir Caetano nas eleições de 2000 e 2004, por Zona Eleitoral (TRE/RS)

Considerando que, segundo os próprios pastores, neste período de quatro anos aumentou a quantidade de templos na cidade, o que, conseqüentemente, deve ter trazido mais fiéis para a Igreja, juntamente com o fato dos vereadores contarem, agora, com uma estrutura política e institucional construída a partir de sua inserção na Câmara, recurso que não tinham no pleito de 2000, torna-se necessário encontrar explicações para este fenômeno. Sem que tenha sido possível explorar a questão com suficiente profundidade, penso que pode ser frutífero principiar lembrando os comentários de André Marengo dos Santos (2001) acerca dos resultados obtidos por Almeirindo e Caetano em sua primeira eleição. O autor sugere que a mesma estrutura organizacional hierárquica e centralizada que garante o sucesso dos candidatos indicados pela Igreja aos seus fiéis poderia ser responsável por uma limitação de suas possibilidades eleitorais. Na ocasião, este pesquisador indicava que “o desafio posto frente à expansão eleitoral da Igreja Universal será o de expandir a audiência de seus porta-vozes para além dos eleitores mais fiéis” (Santos 2001:108). Haveria, por exemplo, uma dificuldade decorrente do fato destes sujeitos estarem, em geral, associados com partidos e discursos à direita do espectro político. A aproximação com o PT certamente trouxe nova luz sobre este quadro, mas, ainda assim, parece que a ‘mensagem’ dos ‘políticos religiosos’ não obteve a repercussão esperada. Ao que parece, a exposição propiciada por quatro anos de atuação parlamentar e ‘trabalho social’ não foi suficiente para expandir as ‘bases eleitorais’ para além do espaço da Igreja. Por outro lado, Ari Pedro Oro também traz sua contribuição, pensando sobre uma questão que transcende o âmbito porto-alegrense e atinge a IURD em nível nacional: lembrando que este pleito municipal foi o primeiro no qual Carlos Rodrigues não atuou como coordenador e organizador político da Universal, este autor sugere que “é possível levantar a hipótese de que sua ausência tenha deixado uma lacuna na igreja, ainda não preenchida, cujo resultado foi o relativo fracasso nas eleições 2004” (Oro 2004:28). Penso que estas são reflexões que, se não necessariamente propiciam uma compreensão aprofundada

acerca dos resultados obtidos pelos pastores-vereadores, ao menos indicam uma orientação passível de ser seguida por aqueles que prosseguirem com a investigação deste fenômeno.

Considerações finais

Ao encerrar este trabalho, não pretendo apresentar conclusões que se proponham definitivas. Intento, sim, fazer alguns apontamentos a partir do que indicou o material etnográfico que coletei durante o trabalho de campo, com a intenção de contribuir para outras pesquisas que pretendam abordar a participação de agentes religiosos nas esferas institucionais da política.

Considero que o acompanhamento etnográfico do mandato dos vereadores evangélicos de Porto Alegre revelou um processo através do qual eles acabaram, deliberadamente ou não, por modificar algumas de suas posturas e atitudes, tornando-se, desta forma, mais ‘aceitáveis’ para os agentes já consolidados no campo político.

Em tal contexto, as contribuições teóricas de Bloch (1975) e Bourdieu (1989) são inestimáveis, demonstrando como há uma série de padrões de atuação a serem seguidos por qualquer um que pretenda ser reconhecido como ‘político’. Haveria, em suma, um conjunto de posturas corporais, maneiras formalizadas de falar e se relacionar com os ‘companheiros’ e assuntos que podem (ou devem) ser abordados nos debates. Somente aqueles que estão de acordo com tais especificações têm a possibilidade de se tornar ‘profissionais’ e atuar com desenvoltura no espaço parlamentar.

Num outro sentido, também não podemos desconsiderar o papel que os valores religiosos aos quais estes sujeitos se vinculam possuem na definição da importância que é dada ao atendimento dos ‘necessitados’ que apresentam demandas aos gabinetes todos os dias. Devo ressaltar, inclusive, que esta parte do trabalho parlamentar dos pastores-vereadores é concebida como nada mais do que uma extensão de sua prática evangelística.

Torna-se necessário, portanto, encontrar formas diversas de obter soluções para os ‘problemas’ apresentados pelas pessoas, a fim de que seja possível criar e manter os laços de lealdade e reciprocidade necessários à atividade do político. A solução encontrada é recorrer a órgãos públicos e empresas privadas que fornecem bens e serviços correspondentes aos anseios dos ‘pedintes’. Os vereadores estabelecem, desta forma, relações de ‘mediação’ entre sua ‘clientela’ e estas instituições, que são, em geral, ou compostas por integrantes da IURD, ou acessadas por canais abertos para os ocupantes de cadeiras no legislativo municipal. Sendo assim, tanto a condição de ‘vereador’ quanto a condição de ‘pastor’ são acionadas para efetivar o atendimento das ‘demandas da população’.

Finalmente, ao refletir sobre as eleições de 2004, penso que Renato Janine Ribeiro (2003) fornece contribuições indispensáveis para que possamos entender o caráter ‘não-religioso’ da face mais pública da campanha de Valdir Caetano e Almerindo Filho. Este autor considera que a política “moderna” e “laicizada” vigente no Ocidente não dá espaço para os sentimentos e as emoções, condenando os comportamentos considerados passionais em prol das “operações da razão” (Ribeiro 2003:3). Desta maneira, não possuindo mais laços sociais suficientemente estreitos, a política se vê obrigada a recrutar agentes dotados de ‘novas energias’ que pulsam em locais distantes das instâncias tradicionais de participação. Ganha importância, neste processo, a sociedade civil, os movimentos sociais e, naquilo que mais nos interessa nos limites deste trabalho, a religião. Entretanto, logo esta situação muda: o que era intenso e criativo se torna convencional, formalizado e incapaz de continuar atraindo as atenções da população. Desta forma, o autor chega a afirmar que a vida política é dotada de um “poder vampirizante”, capaz de absorver completamente a “vitalidade” advinda de outros campos da realidade social.

Desta forma, sugiro que a *vampirização* à qual os dois vereadores evangélicos foram submetidos durante seus mandatos culminou numa campanha que, em grande medida, não se diferenciava daquela

dos ‘políticos laicos’, o que era especialmente visível nos panfletos e nas aparições na televisão. Assim, estes agentes estariam se adequando às regras vigentes no campo político, o que lhes propiciaria um maior reconhecimento por parte dos agentes dominantes nesta esfera da realidade social, os chamados ‘profissionais da política’ (Bourdieu 1989).

Entretanto, o fato de se tornarem aparentemente ‘secularizados’ não significa que tais políticos tenham se desvinculado de sua condição de representantes da IURD. Seu relacionamento com as ‘bases eleitorais’ – no caso, os fiéis da Igreja – combina elementos característicos da cultura política brasileira, como um padrão de relacionamentos pessoais baseados na reciprocidade (Bezerra 1999), com traços peculiares à sua condição de ‘candidatos oficiais’ de uma instituição religiosa, como a construção de uma imagem de ‘homem de Deus’, em quem o voto seria, mais do que uma obrigação cívica, um ‘ato de fé’. Evidencia-se, assim, aquela que considero uma das principais constatações desta pesquisa: os pastores-vereadores trabalharam, em suas campanhas, com uma divisão clara entre o que devia ser dito ‘dentro’ e ‘fora’ da Igreja, acionando símbolos e discursos diferentes de acordo com a situação.

Por um lado, é inegável que o fato de tentarem demonstrar o quanto seu trabalho na Câmara trouxe benefícios para a população em geral indica uma pretensão de expandir as ‘bases’ para além dos limites dos templos. Por outro, sou obrigado a questionar o sucesso dessa empreitada.

Em outros termos: talvez seja o momento de, novamente, problematizarmos os limites das imbricações entre o religioso e o político na sociedade brasileira. Não quero, de forma alguma, afirmar que os segmentos religiosos deixarão de cumprir um papel crucial na definição do sucesso ou fracasso de determinadas candidaturas, nem mesmo sugerir que suas lideranças deixarão de participar da política institucional. Entretanto, não podemos negar que é preciso buscar fatores além da legislação eleitoral, que reduziu as câmaras municipais da maior parte dos pequenos municípios, para explicar um declínio

que, segundo o jornal *O Globo* (edição de 17/10/2004), foi bastante considerável: segundo este periódico, a IURD, neste pleito, elegeu apenas 70 vereadores em todo o país, contra os 350 das eleições anteriores, em 2000. Penso que somente a continuidade das pesquisas etnográficas e sociológicas poderá fornecer explicações para este fato.

Seja como for, ao encerrar este trabalho considero que uma das maiores contribuições que posso fornecer é sugerir que, muito mais do que nos prendermos a dicotomias que muitas vezes acabamos por naturalizar, é importante que, enquanto pesquisadores, continuemos na busca por uma desconstrução dos sentidos usuais e das oposições habituais entre os termos ‘religioso’ e ‘político’, vendo como eles se aproximam e se cruzam com frequência talvez maior do que aquela que nossas categorias e classificações tradicionais supõem.

Bibliografia

- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- BLOCH, Maurice. 1975. Introduction. In _____ (org.): *Political Language and Oratory in Traditional Society*, pp. 1-28. London: Academic Press.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- CONRADO, Flávio César dos Santos. 2000. *Cidadãos do Reino de Deus: representações, práticas e estratégias eleitorais. Um estudo da “Folha Universal” nas eleições de 1998*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ.
- CORTEN, André. 1996. *Os pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- KUSCHNIR, Karina. 2000. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

“Tribunos do povo, servos de Deus”

- MARIANO, Ricardo. 2003. O reino de prosperidade da Igreja Universal. In ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (org.): *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*, pp. 237-58. . São Paulo: Paulinas.
- ORO, Ari Pedro. 1996. *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2001. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS). *Debates do NER*, 2(3):9-70.
- _____. 2003. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(53): 53-69.
- _____. 2004. Religiões e eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004. *Debates do NER*, 5(6):9-34.
- RIBEIRO, Renato Janine. 2003. Transcendance et immanence dans la politique et le sacré. Trabalho apresentado na 27eme Réunion Internationale de Sociologie des Religions. Turim, Itália.
- SANTOS, André Marenco. 2001. Fides Implicita: candidatos religiosos nas eleições municipais de 2000 em Porto Alegre. *Debates do NER*, 2(3): 101-10.

Recebido em janeiro de 2008

Aprovado para publicação em março de 2008

TRADUÇÕES
Música, cultura e experiência
JOHN BLACKING
Por uma história da noção de campo
BERTRAND PULMAN

DEBATE
Políticas de inclusão e combate ao racismo: os desafios do debate sobre ações afirmativas no Brasil
MARCIA LIMA E LAURA MOUTINHO
Políticas de ação afirmativa: inclusão no ensino superior
FRED DAVID DOS SANTOS, YVONNE MAGGIE, JOSÉ CARLOS MIRANDA E DOJIVAL VIEIRA

ARTIGOS E ENSAIOS
A poética do cotidiano missionário: etnografia e reflexão sobre si mesmo. Compartilhando imagens e emoções com os contadores de causos nas Missões Gaúchas
FLÁVIO LEONEL ABREU DA SILVEIRA
O Museu de Folclore Edison Carneiro e a Casa do Pontal: os discursos sobre o folclore e a arte popular
PATRICIA REINHEIMER
Éramos bossa nova hoje somos *sin papeles*: transnacionalismo, pertencimento e identidade nas representações dos migrantes latino-americanos e brasileiros na Espanha
RAFAEL TASSI TEIXEIRA
Glossolalia, iniciação e alteridade no pentecostalismo
MAURICIO RICO
"Invasão" à Ilha do Medo: o processo de implantação do turismo e a reação dos autóctones
EMILENE LEITE DE SOUZA
Dark Room Aqui: um ritual de escuridão e silêncio
MARIA ELVIRA DÍAZ BENÍTEZ
Políticas estatais, relações interétnicas e processos de construção da identidade mapuche em Villa La Angostura (Provincia de Neuquén)
ANALÍA GARCÍA, SEBASTIÁN VALVERDE
Drama social: notas sobre um tema de Victor Turner
MARIA LAURA VIVEROS DE CASTRO CAVALCANTI
Antropologia e visibilidade no contexto indígena
SILVIA PELLEGRINO
Em busca de narrativas densas: questões acerca de realidades narrativas, subjetividade e agência social
ANNA CATARINA M. VIANNA

ARTES DA VIDA
ENTREVISTA
RESENHAS
INFORME

ISSN 0104-5679



**cadernos
de campo**

CONTATOS:
COMISSÃO EDITORIAL CADERNOS DE CAMPO
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/FFLCH/USP
av. professor Luciano Gualberto | 315
são paulo-sp | 05508-900
cadcampo@usp.br
fax | 11 3091 3163
<http://revistacadernosdecampo.blogspot.com>

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA USP

ano 16 • janeiro - dezembro 2007 • PPGAS/USP

16